



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 c/c §5º, do Art. 15, do Decreto Municipal Nº 049/2024, e alterações posteriores, o responsável técnico, do município de Itabaiana, Sergipe, apresenta **JUSTIFICATIVA** para que autorize a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licença de uso de software em gestão pública para cadastramento de visitantes, incluindo implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico, bem como cadastro, emissão de crachá, tendo incluso a tecnologia Quick Response por código (resposta rápida por código), consulta on-line pelo QRcode, emissão de crachá com foto, relatório dos visitantes; bem como o desenvolvimento de software para controle e gestão dos cadastros referente dos participantes da festa da carreata mirim de 2025; em decorrência da realização da 58ª (quingüagésima oitava) Feira do Caminhão, nos termos estabelecidos nos autos do processo, concebido até então, e, em especial, o disposto no termo de referência.

Considerando que a presente municipalidade, em atento tanto ao princípio constitucional da Publicidade adunado pelo Art. 23, arrimado em nossa carta magna, quanto a determinação legal mormente ao Art. 5º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, onde, em suma, indigitam a obrigatoriedade de prover uma caterva de serviços à população, oportunidade em que transcrevo os dispositivos legais suso aludidos:

(Constituição Federal)

“ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (Vide ADPF 672)



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (Vide ADPF 672)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.”
(Lei Nº 14.133/2021)

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE**

Considerando, nessa acepção, que por decorrência das atividades de estilo do município, ocorre que necessitamos de ferramenta que propicie a viabilidade econômica da festa dos caminhoneiros, no sentido de que se forneça os subterfúgios necessários para à plena capilaridade do evento, sobretudo sob o aspecto econômico da empreitada, conforme disposto no Documento de formalização da Demanda – DFD, oportunidade em que transcrevo-o e incorporo-o ao presente, com o fito de refastelar a presente justificação, vejamos:

“Considerando-se que esta municipalidade, como é consabido, realiza, regularmente, em meados da primeira e segunda semana, do mês de junho, a tradicional e histórica Festa dos Caminhoneiros.

Tal festejo consubstancia-se como manifestação cultural de caráter histórico, haja visto que, a festa nos moldes a que se pretende realizar neste ano, alcança a sua 57ª (quincuagésima sétima) edição. A festividade possui renome nacional, tanto assim o é, que em 19 de novembro de 2014, foi promulgada a Lei Nº 13.044, que conclama-nos como capital nacional do Caminhoneiro; tal reverberação é tão difundido, a nível nacional, que, em 2018, a Escola de Samba Rosas de Ouro, homenageou-nos como tema de uma de suas alas, do desfile naquele ano; a nível estadual, a Lei Nº 8.129, de 28 de junho de 2016, reconhece, a festa em comento, como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Sergipe. Ainda, sob a perspectiva de sua grandiosidade, em caráter nacional, foi proposto, em 05 de fevereiro de 2024, Projeto de Lei Nº 132/2024, proposto pelo deputado Federal Icaro de Valmir, que objetiva a inserção da festa no Calendário Turístico Nacional, oportunidade em que transcrevo-o e incorporo-o, no presente, os termos de justificativa, acostado no projeto de Lei, que aufere, ainda mais altivez, a presente demanda, reservando-me de tecer breves comentários complementares, a saber:

‘No coração do interior sergipano, a cidade de Itabaiana, Capital Nacional do Caminhão por força da Lei 13.044/2014, torna-se o epicentro de uma celebração única em todo o território brasileiro e que homenageia os heróis das estradas - os caminhoneiros. Anualmente, a "Festa dos Caminhoneiros" transforma as ruas da



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE**

cidade em uma vibrante manifestação de gratidão e de apoio a uma das mais importantes profissões do país.

Ela foi idealizada pelo saudoso Antônio Francisco da Cunha, o Rolopeu. A sua primeira edição aconteceu em 1966, mais de meio século de tradição. A festa tomou proporções nacionais, já que junto aos eventos festivos, acontece a Feira do Caminhão, que traz diversas empresas do ramo ao município gerando lucros milionários em negócios fechados.

A festa é dividida em pelo menos três etapas. A primeira é a Feira do Caminhão, uma excelente oportunidade de negócios para as empresas de todo o país que expõem seus produtos e caminhões.

A segunda etapa é marcada pela Festa dos Caminhoneiros, onde diversas atrações musicais de renome de todo o país se apresentam, trazendo milhares de pessoas e turistas. Ela acontece entre os dias 10 e 12 de junho. Além disso, também acontece a Carreata Mirim, onde milhares de crianças participam com seus caminhões de brinquedos ornamentados. Os melhores concorrem a prêmios. E ainda temos o tradicional concurso Rainha dos Caminhoneiros, onde várias moças concorrem ao título.

Ainda na segunda etapa, várias carreatas acontecem na cidade, com caminhões enfeitados. Ao longo do percurso, os caminhoneiros são recebidos com aplausos, acenos e palavras de agradecimento. A festa não se trata apenas de celebrar a importância vital desses profissionais para a economia local, mas também de reconhecer a dureza e os desafios que enfrentam diariamente nas estradas.

A terceira etapa é voltada às celebrações religiosas, dirigidas ao padroeiro da cidade, Santo Antônio. O trezenário inicia-se no dia 31 de março e se estende até o dia 13 de junho, onde centenas de pessoas enchem as ruas na tradicional procissão em honra ao santo.

A "Festa dos Caminhoneiros" em Itabaiana, Sergipe, é muito mais do que uma celebração. É um momento de união, onde a comunidade expressa sua gratidão por aqueles que, muitas vezes, passam despercebidos, mas que desempenham um papel vital no cotidiano de todos. Uma tradição que cresce a cada ano, a



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE**

festa se torna um testemunho da solidariedade e respeito por aqueles que enfrentam as estradas para manter nossas vidas em movimento.

Tamanha é a grandiosidade da Festa do Caminhoneiro que em 2016 ela foi reconhecida pela lei LEI Nº 8.129/16 como patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Sergipe. Desta feita, apresentamos o presente projeto de lei para que a Festa do Caminhoneiro, dada a sua importância no cenário turístico do nordeste brasileiro, seja inserida no calendário turístico nacional.

No mais, da leitura do excerto supra, vê-se que o motivo nevrálgico da festividade não é a festa de modo absorto e a esmo, mas sim, prestigiar e enobrecer uma profissão de destaque, exercida por uma ampla gama de itabaianenses, de modo a tanto prestar os devidos reconhecimentos quanto consagra-los, vide que, o desempenho de tal função, mesmo que de modo indireto, é um dos principais fatores de renda local, pois, ainda que se possa aventar que não há a geração de créditos tributários diretos, tal ilação é inverídica, haja vista que a remuneração percebida por estes, é, principalmente, gasta no mercado local, movimentando o mercado local e, por consectário, gerando receitas oriundas de Imposto Sobre Serviços – ISS e Taxa de licença de Funcionamento – TLF. Por excesso de zelo, explica-se: tendo em vista ser a principal fonte de renda dos municípios, sem estes, o mercado seria sobremaneira arrefecido, a tal ponto que poder-se-ia culminar uma celeuma nas contas públicas.

Insta salientar, por fim, que inexoravelmente, o desempenho de tal mister, fortalece e recrudescer a cultura local, vide que, por analogia e ressalvado as devidas proporções, pode-se inferir que a interação de culturas, perpetrada mediante o simples ato de tanto os caminhoneiros interagirem com diversas pessoas dos mais diversos recôncavos quanto pelo fato destes levarem itens, bem como trazê-los, operando-se, assim, uma verdadeira troca de informações e práticas culturais, que redundar por remoldar ambas as culturas, interagindo-se e contribuindo para a miscigenação de cultura nacional.

O simples fato de termos uma cultura voltada para o desempenho de tal atividade, culmina, hialinamente, no desenvolvimento cultural, inclusive



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE**

arquitetônico e estético das construções civil, pois, como bem aludiu o então deputado federal Onofre Santos Agostini, na condição de relator do Projeto de Lei Nº 7.132, de 28 de abril de 2014, testemunhou que “A cultura dos caminhões é tão intensa que influencia, inclusive, na arquitetura das casas dos moradores do Município, pois grande parte delas possui o pé-direito mais alto que o comum, para que possam abrigar uma garagem proporcional a um caminhão.”

Portanto, ante todo o exposto, tem-se por justificado a necessidade em se estabelecer uma solução de tecnologia da informação a plena consecução da festa, pois, tendo em vista ser uma prática de manifestação cultural, faz-se necessário que esta secretaria empreenda todos os subterfúgios necessários hábeis a prover a realização do evento, sobretudo, os mecanismos necessários para operacioná-la.”

Nesse esteio, a bem da verdade, conforme exsurge do excerto da justificativa de não elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, em que pese, no mercado, existir soluções módicas à custos parcos; adotando-se medida outra, porém, como ocorre na admissão de pessoal e equipamentos para tanto, os custos seriam exorbitantes, o que dilapidaria, despropositadamente o erário público, tornando, hialino, que a solução que melhor atende o interesse público, é a contratação de empresa especializada para a prestação das informações, vejamos o excerto do artefato predito:

“Portanto, considerando a alternativa do parágrafo anterior, somente restaria 02 (duas) únicas medidas para alcançar a aquela solução, sendo elas: ou a locação de licença de software, ou a execução do serviço com servidores municipais.

A Segunda alternativa, constante do excerto anterior, demonstra-se, liminarmente, inviabilizada, já que a administração não dispõe do equipamento necessário e, tampouco, da mão-de-obra técnica qualificada para tanto, onde, a obtenção de tais subterfúgios demandaria um custo anafado, conforme será demonstrado em partes e agregados:

Rua Francisco Santos, nº 160, Itabaiana/SE



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Contratação de empresa para a realização de um concurso público, ou processo simplificado de seleção – PSS, ou congênere* | R\$ 56.656,00 |
| Valor da remuneração com o quadro de pessoal** | R\$ 4.944.255,36 |
| Valor de Aquisição do equipamento de informática do parque tecnológico *** | R\$ 174.141,60 |
| Valor de Adaptação da Infraestrutura do setor de informática **** | R\$ 356.998,74 |

* Dado extraído do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/04213779000184/2024/352>, já que priorizou-se fonte que disponibilizasse a informação mais recente e de fonte confiável, possível, para refletir o provável valor, acaso fosse adotado tal metodologia.

** Considerando que não possuímos tal estrutura implementada em nosso ente federativo, perscrutamos outros órgãos, do estado de Sergipe, que possui tal estrutura, assim, considerando o influxo de informações, que provavelmente se fariam necessários, identificou-se que o que mais se assemelharia, seria o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, donde foi utilizado o total de proventos brutos, daqueles servidores lotados em setores com atribuições símeis as que seriam, provavelmente, implementadas em nosso órgão, com referência do mês de novembro, onde o total mensal foi de R\$ 412.021,28 (quatrocentos e doze mil e vinte e um reais e vinte e oito centavos) e, sob a perspectiva anual, que baliza o presente estudo, ou seja, multiplicando-se por 12 (doze) meses, chegou-se ao valor de R\$ 4.944.255,36 (Quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos), disponível em:

Rua Francisco Santos, nº 160, Itabaiana/SE

*



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

<https://www.tcese.tc.br/VisualizadorRelatorios/DetalhesFolha.aspx> , conforme print:

Cargo: [TRATATIVO DE GABINETE DE CONSI] | Local: [COORD. MODERN.SUPORTE, INFF] | Nome: [NULL] | SOM | Localizar | Avançar

| NUMERO | DESCRICAO | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|--------|-----------|------------|----------------|-------------|
| 0001 | ... | ... | ... | ... |
| 0002 | ... | ... | ... | ... |
| 0003 | ... | ... | ... | ... |
| 0004 | ... | ... | ... | ... |
| 0005 | ... | ... | ... | ... |
| 0006 | ... | ... | ... | ... |
| 0007 | ... | ... | ... | ... |
| 0008 | ... | ... | ... | ... |
| 0009 | ... | ... | ... | ... |
| 0010 | ... | ... | ... | ... |
| 0011 | ... | ... | ... | ... |
| 0012 | ... | ... | ... | ... |
| 0013 | ... | ... | ... | ... |
| 0014 | ... | ... | ... | ... |
| 0015 | ... | ... | ... | ... |
| 0016 | ... | ... | ... | ... |
| 0017 | ... | ... | ... | ... |
| 0018 | ... | ... | ... | ... |
| 0019 | ... | ... | ... | ... |
| 0020 | ... | ... | ... | ... |
| 0021 | ... | ... | ... | ... |
| 0022 | ... | ... | ... | ... |
| 0023 | ... | ... | ... | ... |
| 0024 | ... | ... | ... | ... |
| 0025 | ... | ... | ... | ... |
| 0026 | ... | ... | ... | ... |
| 0027 | ... | ... | ... | ... |
| 0028 | ... | ... | ... | ... |
| 0029 | ... | ... | ... | ... |
| 0030 | ... | ... | ... | ... |
| 0031 | ... | ... | ... | ... |
| 0032 | ... | ... | ... | ... |
| 0033 | ... | ... | ... | ... |
| 0034 | ... | ... | ... | ... |
| 0035 | ... | ... | ... | ... |
| 0036 | ... | ... | ... | ... |
| 0037 | ... | ... | ... | ... |
| 0038 | ... | ... | ... | ... |
| 0039 | ... | ... | ... | ... |
| 0040 | ... | ... | ... | ... |
| 0041 | ... | ... | ... | ... |
| 0042 | ... | ... | ... | ... |
| 0043 | ... | ... | ... | ... |
| 0044 | ... | ... | ... | ... |
| 0045 | ... | ... | ... | ... |
| 0046 | ... | ... | ... | ... |
| 0047 | ... | ... | ... | ... |
| 0048 | ... | ... | ... | ... |
| 0049 | ... | ... | ... | ... |
| 0050 | ... | ... | ... | ... |
| 0051 | ... | ... | ... | ... |
| 0052 | ... | ... | ... | ... |
| 0053 | ... | ... | ... | ... |
| 0054 | ... | ... | ... | ... |
| 0055 | ... | ... | ... | ... |
| 0056 | ... | ... | ... | ... |
| 0057 | ... | ... | ... | ... |
| 0058 | ... | ... | ... | ... |
| 0059 | ... | ... | ... | ... |
| 0060 | ... | ... | ... | ... |
| 0061 | ... | ... | ... | ... |
| 0062 | ... | ... | ... | ... |
| 0063 | ... | ... | ... | ... |
| 0064 | ... | ... | ... | ... |
| 0065 | ... | ... | ... | ... |
| 0066 | ... | ... | ... | ... |
| 0067 | ... | ... | ... | ... |
| 0068 | ... | ... | ... | ... |
| 0069 | ... | ... | ... | ... |
| 0070 | ... | ... | ... | ... |
| 0071 | ... | ... | ... | ... |
| 0072 | ... | ... | ... | ... |
| 0073 | ... | ... | ... | ... |
| 0074 | ... | ... | ... | ... |
| 0075 | ... | ... | ... | ... |
| 0076 | ... | ... | ... | ... |
| 0077 | ... | ... | ... | ... |
| 0078 | ... | ... | ... | ... |
| 0079 | ... | ... | ... | ... |
| 0080 | ... | ... | ... | ... |
| 0081 | ... | ... | ... | ... |
| 0082 | ... | ... | ... | ... |
| 0083 | ... | ... | ... | ... |
| 0084 | ... | ... | ... | ... |
| 0085 | ... | ... | ... | ... |
| 0086 | ... | ... | ... | ... |
| 0087 | ... | ... | ... | ... |
| 0088 | ... | ... | ... | ... |
| 0089 | ... | ... | ... | ... |
| 0090 | ... | ... | ... | ... |
| 0091 | ... | ... | ... | ... |
| 0092 | ... | ... | ... | ... |
| 0093 | ... | ... | ... | ... |
| 0094 | ... | ... | ... | ... |
| 0095 | ... | ... | ... | ... |
| 0096 | ... | ... | ... | ... |
| 0097 | ... | ... | ... | ... |
| 0098 | ... | ... | ... | ... |
| 0099 | ... | ... | ... | ... |
| 0100 | ... | ... | ... | ... |

*** Considerando as especificações dos computadores que seriam necessários, encontrou-se uma semelhante e atual, no Portal Nacional de Compras Públicas, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/20296786000143/2025/2>, donde o valor estimado unitário, foi de R\$ 7.255,90 (seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), donde, considerando o dado referente ao quantitativo de servidores, vê-se que seriam necessários 24 (vinte e quatro) funcionários, chegando-se ao valor de R\$ 174.141,60 (cento e setenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos)

**** Considerando que baseamo-nos nas especificações do excelso Tribunal de contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, observou-se que aquele órgão passou por reformulação estruturante, ao que atine a informática, porquanto, sob o mesmo prisma da similitude, considerando as especificações daquele órgão, baseado no valor de contratação, do Pregão Eletrônico N° 004/2023, cujo o objeto consistiu em: “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do sistema elétrico de média e baixa tensão da subestação abrigada e das edificações deste Tribunal, incluindo a rede lógica e outros quadros e equipamentos abaixo relacionados, e os serviços de modernização e readequação



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

dos circuitos, alimentadores e quadros elétricos dos blocos de salas e gabinetes do prédio, com fornecimento mão de obra, materiais de consumo e peças de reposição, conforme especificações e demais condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e seus Anexos, parte integrante do instrumento convocatório e seus anexos”, disponível em: <https://www.tce.se.gov.br/transparencia/Lists/Licitacoes/Detalhes.aspx?ID=948>.

Assi, consubstanciado no ora exposto, reitero que a segunda alternativa se mostra, de modo sumário, completamente inviabilizada, já que, em nosso quadro estatutário, inexistente a função de programador de software; bem como que, a criação de tal função, de modo tautócrono, invectivada, já que, tal demanda, não tem caráter contínuo e ininterrupto e, porquanto, acaso fora criado tal mister público, culminaria, insofismavelmente, em um ato contraproducente ao erário público, ante ao fato da ociosidade de tal mão-de-obra, no sobremaneira interstício temporal, que não ocorra tais eventos. Ou seja, trata-se de uma demanda eventual, de modo a não lastreada uma relação regular trabalhista, mormente, mediante simetria, Art. 3º, do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.”

Superado tal pondo, adentremos aos pormenores genéricos da avença.

Considerando que o gestor público tem o dever de utilizar meios menos onerosos para atingir a finalidade pública, como é o caso em tela.

Considerando que a dispensa de licitação, como uma das modalidades de contratação direta, é aquela em que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois caso o haja, neste caso, seria contraproducente vide que acarretaria gastos, inerentes a máquina pública, que



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

não devem ser suportados, já que paira, sobre o caso em tela, a hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações c/c §5º, do Art. 15, do Decreto municipal Nº 049/2024, devendo, portanto, o procedimento deve ser regido por meio mais simplório, com menos fases, que velara zelo para com o erário público;

Aqui, cabe gizar que a adoção da liturgia aqui perpetrada, não se dá por mero alvedrio da administração, mas é fulcrada na exiguidade do valor da presente contratação, dentro do termo lindes de R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), ex.vi do Art. 12º c/c do §5º, Art. 15º, do Decreto Municipal Nº 049/2025, vejamos:

“Art. 12º - As dispensas de licitação em razão do valor, fundamentadas nos incs. I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, processados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública deste Município, deverão seguir os procedimentos e regras definidos nesta seção.

(...)

Art. 15º - As contratações de que tratam os incisos. I e II do *caput* art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 serão, preferencialmente, eletrônicas e operacionalizadas pelo sistema eletrônico de compras e serviços disponibilizado pelo Município, nos termos do §1º do art. 175 da mesma Lei.

(...)

§5º. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, cujos valores de contratação sejam considerados irrelevantes, assim entendidas aquelas despesas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite previsto no §2º doo art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a autoridade máxima do órgão demandante poderá dispensar a adoção do procedimento definido no parágrafo segundo, admitindo-se, inclusive, a simplificação na formalização do processo, mediante a elaboração, apenas, do primeiro documento previsto no inciso I do art. 3º e a cotação de preços estabelecida no parágrafo terceiro deste artigo, ambos deste decreto, circundados pelo §3º, do Art. 16 da Lei complementar nº 101, de e de maio de 2000 – Lei de



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE**

Responsabilidade Fiscal-LRF e em atendimento ao princípio da eficiência dos atos da administração pública.”

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 75, Inc. II, da Lei nº 14.133/21, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação.

1 - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de risco, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo - Da análise detida dos autos do processo, vê-se inconcussamente que a fase adrede de planejamento fora observada, de modo cioso, inclusive com a asserção do repositório documental das peças atinentes a esta seara; a confecção do Estudo Técnico Preliminar – ETP, fora dispensado, vide que a presente porfia se trata de um fornecimento comezinho, minudenciadas em caráter objetivos estabelecidos no mercado, não havendo que conjecturar meio diverso de execução, bem como que, a elaboração do artefato em comento, já que a prestação granjeada, como dito algures, é prosaica e de pequena monta, some-se a isto a premência pelo item, onde, acaso fosse despendido tempo a ser confeccionada peça, que poder-se-ia ser dispensada, aviltaria contra os princípios da conveniência, oportunidade e celeridade.

2 - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei - Conforme será melhor discorrido no tópico 7, a estimativa de preços fora concebida de modo conspícuo, em atento a inteireza legal que incide ao feito.

3 - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos - Repiso, conforme colacionado nos autos, haverá a manifestação prévia dos órgãos de controle interno, órgãos estes arrimados no inc. II, do Art. 169, da Lei Federal Nº 14.133/21.

4 - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido - Exsurge, dos autos procedimentais, a detida e acurada análise previa da previsão, por parte do setor financeiro, a previsibilidade nas respectivas Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano de Contratações Anual – PCA, em seu item 3656; e 3667.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

5 - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessário - Sob os critérios entabulados no Termo de Referência que, embora serem filigranas, dão espeque à presente avença e, do cotejo dos mesmos para com a documentação adunada pelo pretense contratado, atestasse o caráter minudente daqueles.

6 - Razão da escolha do fornecedor ou executante – Por vislumbra-se a existência do escoreito procedimento, adrede, de planejamento, o prestador de serviço foi selecionado após a captação dos orçamentos, selecionando aquele que apresentou o menor preço, na forma do Art. 23, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 08 de julho de 2021 c/c §5º, do Art. 15, do Decreto Municipal Nº 049/2024.

7 - Justificativa do preço – Conforme se pode constatar através da confrontação dos preços, inclusive os praticados outrora por esta municipalidade, os preços são compatíveis com os de mercado, ficando porquanto adstrito ao termo limítrofe, por simetria, trago o escólio do eminente Prof. Jorge Ulisses, em nota de rodapé, informa-nos que “Nesse ponto, parece que a melhor regra não é buscar o preço de ‘mercado’, mas observar quanto o mesmo artista cobra pelo espetáculo equivalente de outros órgãos da Administração Pública. Regra que se coaduna com o art. 23, da Lei nº 14.133/21.”¹

Nessa acepção, o emérito Setor de Compras municipal, na forma do §5º, do Art. 15, do Decreto Municipal Nº 049/2024, foi encaminhado uma caterva de solicitações para uma miríade de empresa, donde foi respondido, pelas empresas M & M TECNOLOGIA, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); JR CONCECT INTERNET LTDA, no valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); e JYL SOFTWARE, no valor de R\$ 12.450,00 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Assim, considerando as informações constantes do excerto supra, informa-se que fora preterido a empresa M&M TECNOLOGIA, tanto por ter o menor preço quanto porquê esta já

¹ Ob. cit.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

fora contratada anteriormente por esta municipalidade, sempre atuando de forma ciosa e expedita, portanto, considerando a premência da demanda, optou-se por elege uma empresa que já possuíamos um histórico recente benéfico, que notadamente é capaz de atender nossa demanda.

Nesse sentido, é mister salientar que o órgão público se baseia em pagamentos semelhantes ao do setor público e privado, visto que o mesmo serve de parâmetros norteadores para as determinadas práticas de aquisição e pagamento, cada uma na sua competência, conforme inciso I, do art.40 da lei nº 14.133/21.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: *“nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26”*², é que assim o fizemos, aliados aos entendimentos do Tribunal de Contas da União:

“Nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Assim, analisada a documentação exigida e colhidas no processo, tem-se pela plausibilidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de de licença de uso de software em gestão pública para cadastramento de visitantes, incluindo implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico, bem como cadastro, emissão de crachá, tendo incluso a tecnologia Quick Response por código (resposta rápida por código), consulta on-line pelo QRcode, emissão de crachá com foto, relatório dos visitantes; bem como o desenvolvimento de

² In JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2006.



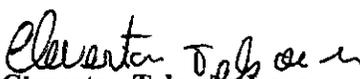
ESTADO DE SERGIPE
SECRETÁRIA DE CULTURA DE ITABAIANA/SE

software para controle e gestão dos cadastros referente dos participantes da festa da carreata mirim de 2025; em decorrência da realização da 58ª (quincuagésima oitava) Feira do Caminhão, com o fim de melhor atender o interesse desta municipalidade, conforme condições, no valor máximo a ser despendido de **RS 12.000,00 (doze mil reais)**.

Ex positis é que entendo ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 75, inciso II c/c art. 72, todos da Lei nº 14.133/2021, em sua edição atualizada.

Por fim, em cumprimento ao disposto no Inc. VIII, do art. 72, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, por *conditio* legal exigido por este artigo, submeto a presente justificativa a apreciação do excelso Secretário municipal e, acaso determinado o prosseguimento que, posteriormente e posterior autorização do Excelentíssimo Senhor Valmir dos Santos Costas, Prefeito do Município de Sergipe, Sergipe.

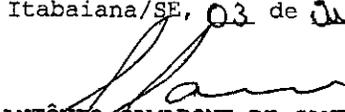
Itabaiana/SE, 03 de junho de 2025


Cleverton Teles de Jesus

Membro da Planejamento e Contratação

Ciente de Acordo com à pretensão pelo prosseguimento da aquisição.

Itabaiana/SE, 03 de Junho de 2025.


ANTÔNIO SAMARONE DE SANTANA
Setor de Cultura do município de
Itabaiana/SE